

COMITÊ FISCAL

PAUTA DE ASSUNTOS – MAIO 2024

ICMS	2
LEGISLAÇÃO	2
JURISPRUDÊNCIA	4
IPI	7
JURISPRUDÊNCIA	7
IR E CSLL	8
LEGISLAÇÃO	8
JURISPRUDÊNCIA	8
PIS E COFINS	12
LEGISLAÇÃO	12
JURISPRUDÊNCIA	12
DIVERSOS	15
LEGISLAÇÃO	15
JURISPRUDÊNCIA	15

ICMS

LEGISLAÇÃO

1. AUTORIZAÇÃO AO ESTADO DO RIO DE GRANDE DO SUL PARA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS DESTINADOS AOS ESTABELECIMENTOS LOCALIZADOS NOS MUNICÍPIOS DECLARADOS EM ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA DEFINIDOS POR LEGISLAÇÃO ESTADUAL
 - **Convênio ICMS nº 54, de 07 de maio de 2024 (DOU 07.05.24 - Edição Extra)**
 - **Convênio ICMS nº 58, de 17 de maio de 2024 (DOU 20.05.24)**
2. CASOS DE CALAMIDADE PÚBLICA RECONHECIDOS EM ATO DO PODER PÚBLICO ESTADUAL OU FEDERAL - DOAÇÃO DE PRODUTOS IMPORTADOS – ISENÇÃO – REQUISITOS
 - **Convênio ICMS nº 55, de 10 de maio de 2024 (DOU 13.05.24)**
3. ICMS-ST DEVIDO POR CONTRIBUINTE LOCALIZADOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - AUTORIZAÇÃO PARA (I) A NÃO EXIGÊNCIA DE JUROS E MULTAS RELATIVOS AO ATRASO NO PAGAMENTO OU (II) A PRORROGAÇÃO DO VENCIMENTO
 - **Convênio ICMS nº 59, de 17 de maio de 2024 (DOU 20.05.24)**
4. RS – TRATAMENTO ESPECIAL AOS PROGRAMAS DE PARCELAMENTO VIGENTES (REESTABELECIMENTO, SUSPENSÃO DA RESCISÃO, POSTERGAÇÃO DE VENCIMENTOS)
 - **Convênio ICMS nº 60, de 17 de maio de 2024 (DOU 20.05.24)**
5. AUTORIZAÇÃO AO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL PARA A INSTITUIÇÃO DE PROGRAMA DE PARCELAMENTO INCENTIVADO PARA A QUITAÇÃO DE DÉBITOS RELACIONADOS A FATOS GERADORES OCORRIDOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 - **Convênio ICMS nº 63, de 17 de maio de 2024 (DOU 20.05.24)**
6. AUTORIZAÇÃO AO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PARA A NÃO EXIGÊNCIA DE MULTA MORATÓRIA E JUROS RELATIVOS AO ATRASO NO PAGAMENTO DE ICMS DECLARADO EM GUIA INFORMATIVA
 - **Convênio ICMS nº 68, de 28 de maio de 2024 (DOU 29.05.24)**
7. OPERAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE RELATIVA À REMESSA DE MERCADORIAS DOADAS PARA ASSISTÊNCIA À VÍTIMAS DE CALAMIDADE PÚBLICA – DISPENSA DA EMISSÃO DE DOCUMENTO FISCAL - CONDIÇÕES
 - **Ajuste SINIEF nº 09, de 07 de maio de 2024 (DOU 07.05.24 – Edição Extra)**

8. EFD - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA DA ESCRITURAÇÃO FISCAL POR 60 (SESSENTA) DIAS PELAS EMPRESAS QUE POSSUEM MATRIZ OU FILIAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
 - **Ajuste SINIEF nº 11, de 17 de maio de 2024 (DOU 20.05.24)**
9. RS – ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA – (i) ISENÇÃO DO ICMS NA AQUISIÇÃO DE BENS DESTINADOS AO ATIVO IMOBILIZADO DO ESTABELECIMENTO, E (ii) DISPENSA DO ESTORNO DE CRÉDITOS RELATIVOS À MERCADORIAS EXTRAVIADAS, PERDIDAS, FURTADAS, ROUBADAS, DETERIORADAS OU DESTRUÍDAS EM RAZÃO DOS EVENTOS CLIMÁTICOS
 - **Decreto nº 57.618, de 14 de maio de 2024 (DOE-RS 14.05.24)**
 - **Decreto nº 57.632, de 24 de maio de 2024 (DOE-RS 27.05.24)**
10. RS – SUSPENSÃO DE CONDICIONANTES EXIGIDAS PARA O DIFERIMENTO OU PAGAMENTO EM PRAZO DIFERENCIADO DO ICMS DEVIDO NA IMPORTAÇÃO
 - **Decreto nº 57.630, de 24 de maio de 2024 (DOE-RS 27.05.24)**
11. RS – ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA – DOAÇÃO DE MERCADORIAS – ISENÇÃO - DISPENSA DA ENTREGA DE GUIA DE LIBERAÇÃO DE MERCADORIAS ESTRANGEIRA (GLME)
 - **Decreto nº 57.631, de 24 de maio de 2024 (DOE-RS 27.05.24)**
12. RS – ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA – SUSPENSÃO DE ATOS NO ÂMBITO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIOS, ENTRE OUTROS
 - **Decreto nº 57.634, de 24 de maio de 2024 (DOE-RS 27.05.24)**
13. RS – ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE PAGAMENTO DO ICMS-ST E DA COMPENSAÇÃO DE DÉBITOS
 - **Decreto nº 57.636, de 24 de maio de 2024 (DOE-RS 27.05.24)**
14. RS – ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA - PROGRAMAS DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS COM A FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL – SUSPENSÃO, RESTABELECIMENTO, POSTERGAÇÃO DE VENCIMENTOS – INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA - PRORROGAÇÃO
 - **Decreto nº 57.640, de 29 de maio de 2024 (DOE-RS 29.05.24)**
15. RS - PRORROGAÇÃO DE SISTEMAS ESPECIAIS DE PAGAMENTO E DE REGIMES ESPECIAIS
 - **Instrução Normativa RE nº 35, de 08 de maio de 2024 (DOE-RS 08.05.24)**
16. RS – ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA – DOAÇÃO DE MERCADORIAS – DISPENSA DA EMISSÃO DE NOTA FISCAL NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA
 - **Instrução Normativa RE nº 39, de 10 de maio de 2024 (DOE-RS 13.05.24)**

17.MA - REVOGAÇÃO DA PREVISÃO PARA A EXCLUSÃO, DA BASE DE CÁLCULO DO ICMS, DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO E DOS ENCARGOS SETORIAIS VINCULADOS ÀS OPERAÇÕES COM ENERGIA ELÉTRICA

- **Medida Provisória nº 447, de 16 de maio de 2024 (DOE-MA 16.05.24)**

18.MG – OPERAÇÃO COM NÃO CONTRIBUINTE – ENTREGA EM LOCAL DIVERSO DO ENDEREÇO DO DESTINATÁRIO – REQUISITOS

- **Decreto nº 48.816, de 09 de maio de 2024 (DOE-MG 10.05.24)**

19.RJ - REGIME OPTATIVO DE TRIBUTAÇÃO DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (ROT-ST) – ADESAO POR CONTRIBUINTE VAREJISTA – DISCIPLINA

- **Decreto nº 49.104, de 23 de maio de 2024 (DOE-RJ 24.05.24)**

20.SP – PRORROGAÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS EM CONFORMIDADE COM O CONVÊNIO ICMS Nº 226/2023

- **Decreto nº 68.492, de 30 de abril de 2024 (DOE-SP 01.05.24)**
- **Comunicado SRE nº 06, de 03 de maio de 2024 (DOE-SP 06.05.24)**

21.SP – EFD – REVOGAÇÃO DE PREVISÃO DE DENEGAÇÃO DO DOCUMENTO FISCAL

- **Portaria SRE nº 32, de 13 de maio de 2024 (DOE-SP 14.05.24)**

22.SP – REMESSA DE MERCADORIAS DOADAS PARA ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS DE CALAMIDADE PÚBLICA - DISPENSA DA EMISSÃO DE DOCUMENTO FISCAL NA OPERAÇÃO E NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE CORRESPONDENTES

- **Comunicado SRE nº 07, de 09 de maio de 2024 (DOE-SP 10.05.24)**

JURISPRUDÊNCIA

23.TRANSPORTE INTERESTADUAL DE MERCADORIAS E PASSAGEIROS POR VIA MARÍTIMA – INCIDÊNCIA

- **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

24.TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITO A TERCEIROS – POSSIBILIDADE, APENAS, QUANDO GERADOS EM DECORRÊNCIA DE OPERAÇÕES DE EXPORTAÇÃO

- **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

25.SÃO PAULO – REDUÇÃO DOS BENEFÍCIOS – NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE

- **Precedente da Justiça de São Paulo**

26.SP – A OPÇÃO PELO REGIME CENTRALIZADO DE APURAÇÃO NÃO AFASTA A APLICAÇÃO DA DECADÊNCIA CONFORME O ART. 150, §4º, DO CTN

- **Precedente do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo**

27.SP – VENDA DE EQUIPAMENTO PARA PESSOA FÍSICA, COM ENTREGA, A PEDIDO DO ADQUIRENTE, A TERCEIRO, CONTRIBUINTE DO IMPOSTO, EM RAZÃO DE COMODATO/LOCAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE – FALTA DE PREVISÃO LEGAL

- **Resposta à Consulta Tributária nº 29.440 de 29 de abril de 2024 (DE-SP 30.04.24)**

28.SP - PROGRAMA “NOS CONFORMES” – IMPOSSIBILIDADE DE FRUIÇÃO DAS CONTRAPARTIDAS ATÉ QUE SOBREVENHA REGULAMENTAÇÃO

- **Resposta à Consulta Tributária nº 29.629 de 02 de maio de 2024 (DE-SP 03.05.24)**

29.SP – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – VENDA PARA ADQUIRENTE QUE IRÁ ACONDICIONAR AS MERCADORIAS EM “KITS” PARA REVENDA – NÃO CARACTERIZAÇÃO DE “FABRICAÇÃO” – NECESSIDADE DE DESTAQUE E RETENÇÃO DO ICMS-ST

- **Resposta à Consulta Tributária nº 29.499 de 03 de maio de 2024 (DE-SP 06.05.24)**

30.SP – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – FALTA DE INFORMAÇÃO, PELO FORNECEDOR, SUBSTITUÍDO, DO VALOR DO ENCARGO DE ICMS-ST SUPORTADO PELO SUBSTITUÍDO DESTINATÁRIO – VALOR QUE DEVERÁ SER CONSIDERADO COMO “ZERO” PARA EFEITOS DE EVENTUAL RESSARCIMENTO – NECESSIDADE DE SOLICITAR AO FORNECEDOR NF COMPLEMENTAR COM REFERIDA INFORMAÇÃO

- **Resposta à Consulta Tributária nº 29.706 de 07 de maio de 2024 (DE-SP 08.05.24)**

31.SP – ARMAZÉM GERAL – RECEBIMENTO EM QUANTIDADE INFERIOR À INFORMADA NO DOCUMENTO FISCAL DE REMESSA – TRIBUTAÇÃO DA DIFERENÇA DE MERCADORIAS

- **Resposta à Consulta Tributária nº 29.601 de 09 de maio de 2024 (DE-SP 13.05.24)**

32.SP – PRODUTOS REUNIDOS EM “KITS” – TRATAMENTO TRIBUTÁRIO DE CADA ITEM DE FORMA AUTÔNOMA

- **Resposta à Consulta Tributária nº 29.683 de 14 de maio de 2024 (DE-SP 15.05.24)**

33.SP – CONTRATO DE PARCERIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL – PRODUÇÃO DE ESTRUTURAS FORA DO LOCAL DA OBRA – PARCERIA QUE CONFIGURA FORNECIMENTO A TERCEIRO – INCIDÊNCIA DO ICMS

- **Resposta à Consulta Tributária nº 28.637 de 21 de maio de 2024
(DE-SP 22.05.24)**

IPI

JURISPRUDÊNCIA

1. CRÉDITO PRESUMIDO SOBRE PRODUTOS NÃO TRIBUTADOS – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
2. AQUISIÇÃO DE “KIT” – ERRO NA CLASSIFICAÇÃO FISCAL ADOTADA PELO FORNECEDOR – GLOSA DE CRÉDITOS DO ADQUIRENTE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

IR E CSLL

LEGISLAÇÃO

1. DEPRECIAÇÃO ACELERADA - MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, APARELHOS E INSTRUMENTOS NOVOS
 - **Lei nº 14.871, de 28 de maio de 2024 (DOU 29.05.24)**
2. IRPF E IRRF – CONVERSÃO DA TABELA PROGRESSIVA PREVISTA NA MEDIDA PROVISÓRIA 1.206
 - **Lei nº 14.848, de 1º de maio de 2024 (DOU 01.05.24)**
3. ECD E ECF – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE ENTREGA – CONTRIBUINTES LOCALIZADOS EM MUNICÍPIOS EM ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
 - **Portaria RFB nº 421, de 21 de maio de 2024 (DOU 23.05.24)**

JURISPRUDÊNCIA

4. LUCROS AUFERIDOS POR CONTROLADAS E COLIGADAS NO EXTERIOR – EXISTÊNCIA DE TRATADO PARA EVITAR BITRIBUTAÇÃO – ILEGITIMIDADE DA INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
5. LEI Nº 14.789/23 – CRÉDITO PRESUMIDO DE ICMS – IMPOSSIBILIDADE DE TRIBUTAÇÃO
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região**
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região**
6. PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA – LEI Nº 14.596/2024 – INAPLICABILIDADE PARA PESSOAS JURÍDICAS NO LUCRO PRESUMIDO
 - **Precedente da Justiça Federal de São Paulo**
7. ÁGIO INTERNO – INDEDUTIBILIDADE – CONCOMITÂNCIA ENTRE MULTA DE OFÍCIO E ISOLADA PELA FALTA DE RECOLHIMENTO DE ESTIMATIVAS - IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
8. LUCROS AUFERIDOS POR CONTROLADAS E COLIGADAS NO EXTERIOR – EXISTÊNCIA DE TRATADO PARA EVITAR BITRIBUTAÇÃO – LEGITIMIDADE DA INCIDÊNCIA
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
9. JUROS COM EMPRÉSTIMO PARA AQUISIÇÃO DE PESSOA JURÍDICA – COMPRA ALAVANCADA – DEDUTIBILIDADE

- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
- 10.** PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA – FRETE, SEGURO E IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO – COMPOSIÇÃO DO PREÇO PARA FINS DE APLICAÇÃO DO MÉTODO PLR
- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
- 11.** SÓCIO – GLOSA DE COMPENSAÇÃO DO IR PESSOA FÍSICA – FALTA DE COMPROVAÇÃO DO RECOLHIMENTO PELA PESSOA JURÍDICA – POSSIBILIDADE
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 12.** ROYALTIES PAGOS A PESSOAS JURÍDICAS DO MESMO GRUPO – DEDUTIBILIDADE – IMPOSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DA RESTRIÇÃO APLICÁVEL NO PAGAMENTO A SÓCIOS
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 13.** ESTIMATIVAS MENSAIS DEPOSITADAS JUDICIALMENTE – DIREITO À RESTITUIÇÃO DO SALDO NEGATIVO APENAS APÓS A CONVERSÃO EM RENDA
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 14.** SALDO NEGATIVO – APRESENTAÇÃO DE PER/DCOMP ANTES DA TRANSMISSÃO DA ECF – POSSIBILIDADE – MERA POSTERGAÇÃO DO MOMENTO DA ANÁLISE DO DIREITO CREDITÓRIO
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 15.** ÁGIO – TESE DO “REAL ADQUIRENTE” – INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO LEGAL
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 16.** ROYALTIES – PAGAMENTOS A PESSOAS JURÍDICAS DO MESMO GRUPO ECONÔMICO – DEDUTIBILIDADE
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 17.** STOCK OPTIONS RECONHECIMENTO DA REMUNERAÇÃO NO MOMENTO DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE OPÇÃO – IRRELEVÂNCIA DA OCORRÊNCIA DE NEGOCIAÇÃO FUTURA
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 18.** TROCA DE AÇÕES A VALOR DE MERCADO (PREFERENCIAIS POR ORDINÁRIAS) – CONTABILIZAÇÃO EM AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL – CONTA DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO QUE NÃO COMPÕE BASE DE CÁLCULO DO JCP
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 19.** RENDIMENTOS DE RESIDENTES OU DOMICILIADO NO EXTERIOR – DESPESAS COM PESQUISAS DE MERCADO, PROMOÇÃO E PROPAGANDA DE SERVIÇOS BRASILEIROS – ALÍQUOTA ZERO – NECESSIDADE DE EVENTOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SEREM

REALIZADOS DE MANEIRA PRESENCIAL – INAPLICABILIDADE NO CASO DE EVENTOS VIRTUAIS

- **Solução de Consulta nº 116, de 02 de maio de 2024 (DOU 06.05.24)**

20. SERVIÇOS PRESTADOS OU BENS FORNECIDOS AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS – INCIDÊNCIA NA FONTE – HIPÓTESE QUE ATRAI O ART. 64 DA LEI Nº 9.430/96 E DO ART. 716 DO RIR/2018 – PREVALÊNCIA DO ART. 64

- **Solução de Consulta nº 118, de 02 de maio de 2024 (DOU 06.05.24)**

21. CONSÓRCIO – VENDAS REALIZADAS INDIVIDUALMENTE POR CONSORCIADA PARTICIPANTE – FATURAMENTO QUE PODE SER FEITO POR MEIO DE EMISSÃO DE NOTAS OU FATURAS PRÓPRIAS PROPORCIONALMENTE À PARTICIPAÇÃO DA CONSORCIADA, QUE DEVE ENCAMINHAR PARA A LÍDER PARA FINS DE TOTALIZAÇÃO MENSAL DAS RECEITAS – TRIBUTAÇÃO PROPORCIONAL À PARTICIPAÇÃO

- **Solução de Consulta nº 123, de 07 e maio de 2024 (DOU 08.05.24)**

22. RETENÇÃO NA FONTE – PAGAMENTO DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL A FORNECEDORA DE ENERGIA – IMPOSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO DO ICMS – ST

- **Solução de Consulta nº 129, de 15 de maio de 2024 (DOU 17.05.24)**

23. RETENÇÃO NA FONTE – BENEFÍCIO DE ALÍQUOTA ZERO NOS VALORES PAGOS POR EXPORTADOR BRASILEIRO POR DESPESAS COM ARMAZENAGEM, MOVIMENTAÇÃO E TRANSPORTE DE CARGA E EMISSÃO DE DOCUMENTOS NO EXTERIOR – INAPLICABILIDADE NO CASO DE OPERAÇÕES DE REEXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS NO REGIME DE ADMISSÃO TEMPORÁRIA NA MODALIDADE DE SUSPENSÃO TOTAL DE TRIBUTOS – NECESSIDADE DE APROVAÇÃO DO FRETE PELAS AUTORIDADES COMPETENTES PARA FRUIÇÃO NO CASO DE FRETES MARÍTIMOS INTERNACIONAIS – TRATADOS PARA EVITAR BITRIBUTAÇÃO – AFASTAMENTO DA OBRIGATORIEDADE DE RETENÇÃO NOS CASOS ESPECIFICADOS

- **Solução da Consulta nº 140, de 27 de maio de 2024 (DOU 27.05.24)**

24. REGIME ESPECIAL DE TRIBUTAÇÃO NA INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA – CONTA DE DEPÓSITO ABERTA PARA ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS DO PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO – POSSIBILIDADE ENCERRAMENTO DEPOIS DO FIM DO PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO – NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DAS REGRAS DO RET ENQUANTO PERDURAREM DIREITOS DE CRÉDITO OU OBRIGAÇÕES DO INCORPORADOR JUNTO AOS ADQUIRENTES

- **Solução de Consulta nº 135, de 20 de maio de 2024 (DOU 28.05.24)**
- 25. RETENÇÃO NA FONTE – PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR LUCROS CESSANTES EM RAZÃO DE ACORDO JUDICIAL FIRMADO ENTRE PESSOAS JURÍDICAS – NÃO SUJEIÇÃO**
- **Solução de Consulta nº 143, de 22 de maio de 2024 (DOU 28.05.24)**
- 26. IRRF E DIRF/EFD-REINF – SERVIÇOS DE TRANSPORTE – PAGAMENTO REALIZADO POR INTERMEDIÁRIO – OBRIGAÇÃO DO TOMADOR DOS SERVIÇOS**
- **Solução de Consulta nº 146, de 27 de maio de 2024 (DOU 29.05.24)**
- 27. LUCRO NA VENDA DE AÇÕES EM TESOURARIA – NÃO TRIBUTAÇÃO NÃO APLICÁVEL ÀS SOCIEDADES LIMITADAS**
- **Solução de Consulta nº 134, de 10 de maio de 2024 (DOU 28.05.24)**
- 28. LUCRO DA EXPLORAÇÃO – CÁLCULO - JCP NÃO CONTABILIZADO NO RESULTADO DO EXERCÍCIO – CÔMPUTO COMO RECEITA OU DESPESA FINANCEIRA**
- **Solução de Consulta nº 138, de 20 de maio de 2024 (DOU 28.05.24)**
- 29. TRATADO PARA EVITAR DUPLA TRIBUTAÇÃO – EMIRADOS ÁRABES UNIDOS – ALÍQUOTAS REDUZIDAS DO TRATADO AINDA QUE PARAÍSO FISCAL**
- **Solução de Consulta nº 110, de 02 de maio de 2024 (DOU 03.05.24)**
- 30. ADVOGADOS EMPREGADOS DE PESSOAS JURÍDICAS – HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA LEVANTADOS POR TERCEIROS – NECESSIDADE DE OFERECIMENTO À TRIBUTAÇÃO – AFASTAMENTO DE ACORDOS PARTICULARES**
- **Solução de Consulta nº 141, de 21 de maio de 2024 (DOU 27.05.24)**
- 31. PERMUTA DE IMÓVEIS COM TORNIA ENTRE PESSOA FÍSICA E INCORPORADORA – INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE O GANHO DE CAPITAL SOBRE A TORNIA – TRATAMENTO TRIBUTÁRIO SEMELHANTE NA PERMUTA COM TERRENO – PAGAMENTO DEVIDO NO MÊS SEGUINTE AO DO RECEBIMENTO DA UNIDADE A CONSTRUIR**
- **Solução de Consulta nº 128, de 09 de maio de 2024 (DOU 13.05.24)**

PIS E COFINS

LEGISLAÇÃO

1. REIDI – INCORPORAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA – NECESSIDADE DE HABILITAÇÃO DA INCORPORADORA – DISPENSA DE REANÁLISE DO PROJETO
 - **Instrução Normativa RFB nº 2.194, de 16 de maio de 2024 (DOU 17.05.24)**

JURISPRUDÊNCIA

2. BOI VIVO – AQUISIÇÃO POR FRIGORÍFICO – EQUIPARAÇÃO A PRODUTO DE ORIGEM ANIMAL PARA FINS DE DEFINIÇÃO DA ALÍQUOTA DO CRÉDITO PRESUMIDO
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
3. PIS-IMPORTAÇÃO E COFINS-IMPORTAÇÃO – EXCLUSÃO DO ISS DA BASE DE CÁLCULO – POSSIBILIDADE
 - **Precedente da Justiça Federal de Osasco**
4. FRETE NA VENDA DE PRODUTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO MONOFÁSICA – IMPOSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
5. SERVIÇOS PORTUÁRIOS – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
6. FRETE ENTRE ESTABELECIMENTOS NO TRANSPORTE DE INSUMOS NÃO ONERADOS – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
7. CRÉDITOS COM PALLETS, PAPELÃO E FILME *STRECH* PARA PROTEÇÃO E TRANSPORTE DE ALIMENTOS – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
8. FRETES CONTRATADOS APÓS A NACIONALIZAÇÃO DO PRODUTO PARA TRANSPORTE DO BEM IMPORTADO DO PORTO/RECINTO ALFANDEGADO ATÉ O ESTABELECIMENTO DO CONTRIBUINTE – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
9. CONTRATAÇÃO A PREÇO PRÉ-DETERMINADO – REAJUSTE PELO IGPM – DESCARACTERIZAÇÃO DO REGIME CUMULATIVO

- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
- 10. DESPESAS COM FRETE NO TRANSPORTE DE PRODUTOS ACABADOS ENTRE ESTABELECIMENTOS – IMPOSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS**
- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
- 11. TRANSPORTE DE PESSOAL – ÁREA AGRÍCOLA – DESCONTO DE CRÉDITOS - POSSIBILIDADE**
- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
- 12. CRÉDITO EXTEMPORÂNEO – DESNECESSIDADE DE RETIFICAÇÃO DA DA CON E DCTF**
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 13. FRETE E ARMAZENAGEM NA VENDA DE PRODUTOS SUJEITOS AO REGIME MONOFÁSICO – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS**
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 14. CONSÓRCIO – VENDAS REALIZADAS INDIVIDUALMENTE POR CONSORCIADA PARTICIPANTE – FATURAMENTO QUE PODE SER FEITO POR MEIO DE EMISSÃO DE NOTAS OU FATURAS PRÓPRIAS PROPORCIONALMENTE À PARTICIPAÇÃO DA CONSORCIADA, QUE DEVE ENCAMINHAR PARA A LÍDER PARA FINS DE TOTALIZAÇÃO MENSAL DAS RECEITAS – TRIBUTAÇÃO PROPORCIONAL À PARTICIPAÇÃO**
- **Solução de Consulta nº 123, de 07 e maio de 2024 (DOU 08.05.24)**
- 15. RETENÇÃO NA FONTE – PAGAMENTO DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL A FORNECEDORA DE ENERGIA – IMPOSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO DO ICMS – ST**
- **Solução de Consulta nº 129, de 15 de maio de 2024 (DOU 17.05.24)**
- 16. CRÉDITOS DA NÃO CUMULATIVIDADE – PRODUTOS SUJEITOS À ALÍQUOTA ZERO – DESPESAS COM VEÍCULOS PRÓPRIOS UTILIZADOS OU FRETE PARA ENTREGA DE MERCADORIAS ACABADAS – IMPOSSIBILIDADE DE APURAÇÃO – DESPESAS COM SERVIÇO DE EMPACOTAMENTO E FRETE NA VENDA – POSSIBILIDADE DE APURAÇÃO**
- **Solução de Consulta nº 137, de 20 de maio de 2024 (DOU 24.05.24)**
- 17. PIS E COFINS IMPORTAÇÃO – REMUNERAÇÃO A RESIDENTE OU DOMICILIADO NO EXTERIOR – SERVIÇOS DE FRETE INTERNACIONAL MARÍTIMO OU TERRESTRE – SERVIÇOS DE DESPACHO ADUANEIRO – NÃO INCIDÊNCIA SE O RESULTADO NÃO SE VERIFICAR NO PAÍS**
- **Solução da Consulta nº 140, de 27 de maio de 2024 (DOU 27.05.24)**

18. APURAÇÃO CUMULATIVA E NÃO CUMULATIVA – DESCONTO DE RETENÇÃO EM OUTRO REGIME - POSSIBILIDADE

- **Solução de Consulta nº 119, de 02 de maio de 2024 (DOU 06.05.24)**

19. VENDA PARA ENTREGA FUTURA – PRODUTOS EM ESTOQUE DO VENDEDOR NA CONDIÇÃO DE DEPOSITÁRIO – MOMENTO DO RECONHECIMENTO DE RECEITA – CELEBRAÇÃO DO CONTRATO – EXCLUSÃO DO ICMS APENAS NO MOMENTO DO DESTAQUE EM NOTA FISCAL

- **Solução de Consulta nº 131, de 16 de maio de 2024 (DOU 23.05.24)**

DIVERSOS

LEGISLAÇÃO

1. LIMITAÇÃO DE COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL – CONVERSÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.202
 - **Lei nº 14.873, de 28 de maio de 2024 (DOU 29.05.24)**
2. PERSE – LIMITAÇÕES E EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO
 - **Lei nº 14.859, de 22 de maio de 2024 (DOU 23.05.24)**
 - **Instrução Normativa RFB nº 2.195, de 23 de maio de 2024 (DOU 24.05.24)**
3. TRANSAÇÃO POR ADESÃO DE DÉBITOS DE ATÉ R\$ 45.000.000,00
 - **Edital PGDAU nº 2 de 10 de maio de 2024 (DOU 13.05.24)**
4. TRANSAÇÃO POR ADESÃO DE DÉBITOS DECORRENTES DA EXCLUSÃO INDEVIDA DE INCENTIVOS FISCAIS DE ICMS
 - **Edital PGDAU nº 4 de 2024 (DOU 16.05.24)**
5. RS – ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA - PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE VENCIMENTO DO IPVA
 - **Decreto nº 57.637, de 24 de maio de 2024 (DOE-RS 27.05.24)**

JURISPRUDÊNCIA

6. DESONERAÇÃO DA FOLHA – SUSPENSÃO DOS EFEITOS DA LIMINAR CONCEDIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL QUE DETERMINAVA O RETORNO À SISTEMÁTICA DA FOLHA DE PAGAMENTOS
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
7. EXTINÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL – TRANSFERÊNCIA DA PENHORA PARA OUTRO PROCESSO – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
8. IPTU – COBRANÇA DE ÁREA RECENTEMENTE URBANIZADA – POSSIBILIDADE – DESNECESSIDADE DE COMUNICAÇÃO ANTERIOR AO INCRA
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

9. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – BOLSAS DE ESTUDO A DEPENDENTES -SALÁRIO INDIRETO

- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

10. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – AUXÍLIO EXCEPCIONAL PAGO A EMPREGADOS COM FILHOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS – INCIDÊNCIA

- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

11. PROVAS ILÍCITAS – NÃO CONFIGURAÇÃO MESMO QUANDO OBTIDAS DE MANEIRA ILÍCITA MAS COMPROVADO QUE PODERIAM SER OBTIDAS PELOS MEIOS CONVENCIONAIS

- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

12. DCOMP – IMPOSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO A PEDIDO DE RESTITUIÇÃO – NÃO INTERRUPTÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL

- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

13. COMPENSAÇÃO – IMPUTAÇÃO PROPORCIONAL DE DÉBITO – LEGITIMIDADE

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

14. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – TERCEIRIZAÇÃO DA ATIVIDADE FIM – “PEJOTIZAÇÃO” – POSSIBILIDADE – OBSERVÂNCIA DO TEMA 725 DO STF

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

15. DESPACHO DECISÓRIO ELETRÔNICO – OBRIGAÇÃO DA AUTORIDADE JULGADORA EM IR ALÉM DO MERO COTEJAMENTO MASSIVO DE INFORMAÇÕES PELA MÁQUINA

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

16. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PLR – PACTUAÇÃO PRÉVIA – ILEGITIMIDADE DA EXIGÊNCIA

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

17. ITR – VALOR DA TERRA NUA – ARBITRAMENTO COM BASE NO SISTEMA DE PREÇOS DE TERRAS (SIPT) QUANDO O VALOR DECLARADO PELO CONTRIBUINTE TOMAR POR BASE O INFORMADO PELO MUNICÍPIO E EM VIGOR QUANDO DO FATO GERADOR – IMPOSSIBILIDADE

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

18. INDÉBITO TRIBUTÁRIO RECONHECIDO JUDICIALMENTE – IMPOSSIBILIDADE DE RESTITUIÇÃO ADMINISTRATIVA

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

19.CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – AVISO PRÉVIO INDENIZADO – ACRÉSCIMO TEMPORAL DA LEI nº 12.506/11 – MANUTENÇÃO DA NATUREZA INDENIZATÓRIA – NÃO INCIDÊNCIA

- **Solução de Consulta nº 117, de 02 de maio de 2024 (DOU 06.05.24)**

20.REGIME DE DEPÓSITO ALFANDEGADO CERTIFICADO – INAPLICABILIDADE A MERCADORIA NACIONALIZADA

- **Solução de Consulta nº 115, de 02 de maio de 2024 (DOU 06.05.24)**

21.IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO – VERIFICAÇÃO, POR AUDITOR-FISCAL, DA CORREÇÃO DO VALOR ADUANEIRO DECLARADO – IRRELEVÂNCIA DO CANAL (VERDE, AMARELO, VERMELHO OU CINZA) AO QUAL A DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO FIO DIRECIONADA

- **Solução de Consulta nº 139, de 20 de maio de 2024 (DOU 22.05.24)**

22.CIDE – REMUNERAÇÃO A RESIDENTE OU DOMICILIADO NO EXTERIOR – SERVIÇOS DE FRETE INTERNACIONAL MARÍTIMO OU TERRESTRE – NÃO INCIDÊNCIA – SERVIÇOS DE DESPACHO ADUANEIRO – INCIDÊNCIA

- **Solução da Consulta nº 140, de 27 de maio de 2024 (DOU 27.05.24)**